

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.774.831 - SC (2020/0267691-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MOINHO VACARIA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA LTDA
ADVOGADOS : LUIS FILIPE ZONTA - RS046922
GIOVANI QUADROS ANDRIGHI - SC047909
AGRAVADO : GISLAINE CORREA DE MELO
ADVOGADO : JAMILTO COLONETTI - SC016158

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por MOINHO VACARIA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, assim resumido:

APELAÇÕES CÍVEIS AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CC INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULO SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA INSURGÊNCIA DE AMBAS AS PARTES RECURSO DA RÉ PRELIMINAR FALTA DE INTERESSE DE AGIR COM RELAÇÃO AO PLEITO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DO DÉBITO INSUBSISTÊNCIA AUTORA QUE DIANTE DO PROTESTO IRREGULAR DE DÍVIDA JÁ QUITADA POSSUI O DIREITO DE TER RECONHECIDO O SEU PAGAMENTO MESMO DIANTE DA BAIXA DO APONTAMENTO ANTES DA DEFLAGRAÇÃO DA DEMANDA MÉRITO INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO PASSÍVEL DE INDENIZAÇÃO TESE ARREDADA PROTESTO IN RE IPSA INDEVIDO QUE GERAL DANO MORAL CONDENAÇÃO MANTIDA ALTERAÇÃO DO TERMO A QUO DOS JUROS DE MORA PARA A DATA DA CITAÇÃO POR SE TRATAR DE ILÍCITO CONTRATUAL TESE ACOLHIDA ENTENDIMENTO ASSENTADO PELA CÂMARA INSURGÊNCIA COMUM PLEITOS DE MINORAÇÃO E MAJORAÇÃO DO QUANTUM IN DENIZATÓRIO AFASTAMENTO VALOR FIXADO NA ORIGEM QUE SE MOSTRA ADEQUADO ÀS E PARTICULARIDADES DO CASO CONCRETO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE APELAÇÃO DA AUTORA AOS RESPONSABILIDADE INTEGRAL DA RÉ QUANTO ACOLHIMENTO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA CARÁTER ESTIMATIVO DO VALOR PLEITEADO NA INICIAL A

TÍTULO DE NÃO INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS QUE ENSEJA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA SÚMULA 326 DO STJ QUE SE MANTÉM INALTERADO MESMO DIANTE DA VIGÊNCIA DA NOVA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL CIVIL PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL REDISTRIBUIÇÃO QUE SE IMPÕE RECURSO DA RÉ CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO APELAÇÃO DA AUTORA CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do arts. 17 e 485, VI, do CPC, no que concerne à ausência de interesse processual, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

A Recorrida adentrou com ação em 05 de setembro de 2016, sendo que o protesto havia sido baixado no dia 01 de setembro de 2016.

Em razão disso, não tinha qualquer interesse processual para postular a inexigibilidade do débito, pois além do protesto já ter sido baixado, a empresa havia expedido a respectiva carta de anuência (fl. 179).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 86, do CPC, no que concerne à fixação do pagamento das custas processuais, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

A decisão ad quo também violou o artigo 86 do CPC, interferindo na proporção das despesas que cada um deve pagar. Veja que o Julgador definiu que a Autora foi vencedora em todos os pedidos, o que não é correto, pois a Autora postulou a quantia de cinquenta salários mínimos e ganhou menos de 8, estando correta a sentença que fixou as despesas na proporcionalidade do decaimento de cada parte.

[...]

Assim, correta estava a sentença que reconheceu o decaimento da parte Recorrida e a condenou a pagar o percentual de 82% das custas processuais e honorários advocatícios à parte Recorrente.

Como o acórdão modificou a sentença, acabou violando o artigo 86 do CPC, razão pela qual o recurso especial merece ser recebido e provido também neste tocante (fl. 180).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Não obstante efetivamente a distribuição da demanda tenha sido posterior ao cancelamento do protesto (ajuizamento em 05.09.2016 e baixa do protesto em 01.09.2016, fl. 72), **tem a Apelada/Autora o direito de ter reconhecido o regular pagamento e declarada a inexistência de débito.** (fl. 165-grifos acrescidos).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Isso porque, não obstante o artigo 292 do Código de Processo Civil de 2015 impunha ao autor da ação de indenização por danos morais, o dever de indicar o montante que almeja receber, é entendimento desta Corte que tal circunstância “não ocasionou a revogação da Súmula 326 do STJ, não se podendo reconhecer que a outorga de valor inferior ao pedido ocasione sucumbência recíproca, justo que a pretensão indenizatória foi efetivamente acolhida, figurando a sua expressão econômica como pleito meramente acessório” (TJSC – Apelação Cível n. 0304347-55.2017.8.24.0004.

Segunda Câmara de Direito Civil. Rel. Des. Jorge Luis Costa

Beber. Data do julgamento: 07.11.2019).

[...]

Desse modo, considerando-se que **todos os pedidos formulados pela Apelante/Autora foram acolhidos, deve a Apelada/Ré arcar com a integralidade das despesas processuais e honorários advocatícios de sucumbência, estes que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o montante da condenação (171-173-grifos acrescidos).**

Aplicável, portanto, novamente, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente